



FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
PÓS-GRADUAÇÃO MBA – MEIO AMBIENTE

GABRIEL AUGUSTO DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DESAFIO GLOBAL DO CONSUMO
CONSCIENTE**

Anápolis

2009

GABRIEL AUGUSTO DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DESAFIO GLOBAL DO CONSUMO
CONSCIENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso MBA – Meio Ambiente, da Faculdade Católica de Anápolis.

Orientador: M. Sc. Elaine Barbosa da Silva

Anápolis

2009

GABRIEL AUGUSTO DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DESAFIO GLOBAL DO CONSUMO
CONSCIENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso defendida no curso MBA – Meio Ambiente da Faculdade Católica de Anápolis, para a obtenção do título de especialista, aprovado em ____ de _____ de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. M. Sc. Elaine Barbosa da Silva

Presidente da Banca

Prof. M. Sc. Antonio Fernandes dos Anjos

Membro titular interno

Prof. M. Sc. Juliana Rodriguez

Membro titular interno

RESUMO

Tendo em vista o atual alarde da mídia sobre as questões de degradação ambiental, como o aquecimento global, o problema do lixo, a falta de água, entre outros, este trabalho mostra um dos principais culpados por tal fenômeno: O consumismo, que apesar de até pouco tempo ter sido analisado apenas como um problema envolvendo a economia, atualmente é visto também como grande responsável pela degradação ambiental e geração de resíduos. Este trabalho foi realizado através de um levantamento bibliográfico e aponta as relações entre consumo e a necessidade da sustentabilidade, e como o papel fundamental da educação ambiental pode promover esta ligação e despertar nas pessoas o sentimento do consumo sustentável, o que pode ser um passo inicial para solução da degradação ambiental e preservação das espécies que habitam o planeta. Como resultado deste levantamento pode-se observar alguns dados que são alarmantes como, por exemplo, o consumo exagerado nos países mais ricos, e em contrapartida analisar os objetivos da educação ambiental que podem levar a humanidade para o caminho do consumo consciente.

Palavras-Chave: consumo. educação ambiental. sustentabilidade.

ABSTRACT

During the current splurge of the media about the environmental degradation, such as global warming, the problem of garbage, lack of water, among others this study shows a key factor responsible for this phenomenon: The Consumerism. Despite of the fact that it has been considered an economic problem a few years ago, now it is seen as a big responsible for the environmental degradation and waste generation. This essay was accomplished through a bibliographic study and points out the connection between consumption and the need for sustainability, and how the role of environmental education can promote this link and awaken in people a sense of sustainable consumption, which may be an initial step solution for environmental degradation and preservation of the species that inhabit the planet. As a result of this bibliographic study we can see some data that is alarming as, for instance, over-consumption in richest countries, and in return analyze the objectives of environmental education that can lead humanity to the path of conscious consumption.

Keywords: consumerism. environmental education. sustainability.

INTRODUÇÃO

A história da vida no planeta é, e sempre foi, uma interação entre todas as espécies existentes e o ambiente. De certa forma as plantas e animais que habitam o planeta Terra foram selecionados e conseqüentemente moldados pelo ambiente. No entanto é fato que nos últimos séculos o homem adquiriu capacidade de modificar a natureza de forma significativa. Durante as últimas décadas esta capacidade de modificação do meio ambiente não somente aumentou como também alcançou níveis preocupantes (CARSON, 1962).

Esta mudança no curso do mundo precisa ser diagnosticada, compreendida e modificada. Esta mudança já foi observada antes em processos de transição, desmontando lenta e progressivamente o que havia antes (espécies animais e vegetais e ambientes). No entanto, existe um agravante desta vez, em nenhum outro momento da história a necessidade de reverter este processo negativo foi tão urgente. A humanidade vive hoje um modelo de desenvolvimento em que numa velocidade assustadora e sem precedentes, os recursos naturais não-renováveis do planeta são exauridos sem a mínima preocupação com os impactos negativos para com a própria humanidade e os demais seres terrestres (TRIGUEIRO, 2007).

Neste contexto Carson (1962) diz o seguinte:

Foram necessários centenas de milhões de anos para se produzir a vida que habita a Terra agora; idades de tempo, para que essa vida desenvolvendo-se, evoluindo e diversificando-se alcançasse um estado de ajustamento e de equilíbrio com seu meio ambiente. O meio ambiente dando conformação e dirigindo, rigorosamente, à vida que amparava, continha elementos que eram ao mesmo tempo hostis e sustentadores. Certas rochas emanavam radiações perigosas; até mesmo dentro da luz do sol, de que todas as formas de vida recebem a sua energia, existiam radiações de onda curta, com potência bastante para lesar. Com o correr do tempo – do tempo não em anos, e sim em milênios – a vida ajustou-se, e um equilíbrio foi conseguido. Portanto o tempo é ingrediente especial; mas, no mundo moderno, não há tempo. A rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações se criam acompanham o ritmo impetuoso e insensato do homem ao invés de acompanhar o passo deliberado da natureza. (CARSON, 1962, p.22).

O eixo de sustentação deste modelo de desenvolvimento são os atuais meios de produção e de consumo, que tem como objetivo a maximização dos lucros e o entendimento de que o ambiente natural é apenas, ou acima de tudo, fonte de matéria prima e energia inesgotáveis. Atualmente os meios de comunicação abordam com cada vez mais freqüência os reflexos deste modelo e também a necessidade e desejo de mudança de parte da sociedade - como empresas, políticas e etc - na direção da sustentabilidade. Mas o exercício da visão

sistêmica – ou a compreensão de que o universo se revela como uma rede de fenômenos interligados e interdependentes – ainda não se espalhou o suficiente para que se possa entendê-lo como uma ferramenta importante para a compreensão da realidade; ou seja, um olhar ecológico, sistêmico, inter-relacional, que revela o cenário apocalíptico descrito por cientistas quando observam a destruição sistemática dos recursos fundamentais à vida (TRIGUEIRO, 2007).

A sustentabilidade é, talvez, a única solução para a crise ambiental que atinge todos os seres vivos e ecossistemas do planeta. Essa crise que alcançou o ponto culminante na modernidade, mas que cujas origens também são resultado da insensatez e falta de conhecimento da sociedade que viveu no passado e que passou adiante seus erros. A sustentabilidade é o tema do homem atual e do homem do futuro (LEFF, 2005).

Este artigo aborda uma das maiores causas dos problemas ambientais provocados pelo homem: o consumismo e como a educação ambiental vem tentando mudar a visão mundial capitalista para um “consumo consciente”, rumo à sustentabilidade.

O CONSUMISMO E A SUSTENTABILIDADE

A sociedade atual é baseada no crescimento contínuo do consumo. Esse modelo de desenvolvimento exige esquemas gigantescos de exploração para produção, meios logísticos e meios de gestão de resíduos gerados tanto na produção como na distribuição e consumo (LEFF, 2005).

A destruidora massa consumista vinda a partir da Revolução Industrial aumentou drasticamente com o avanço da tecnologia dos meios de produção e também com ajuda dos meios de comunicação. As evidências dos sinais de exaustão dos recursos naturais não-renováveis já foram denunciadas em diversos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), segundo os quais o consumo de recursos naturais é 20% superior ao ano a capacidade de regeneração do planeta, e ainda segundo os relatórios o consumismo desenfreado, inconsciente é a maior ameaça à humanidade e os demais seres vivos que habitam o planeta (TRIGUEIRO, 2007).

É fato que o consumismo afeta a humanidade em diversos sentidos, não apenas o meio ambiente; a obesidade, dívidas pessoais, menos tempo livre e uma qualidade de vida cada vez pior, são conseqüências do atual modelo econômico capitalista/consumista

(TRIGUEIRO, 2007).

Na segunda metade do século XX, houve uma explosão de consumo marcada pela utilização de produtos e pelo desperdício, com o descarte impensado das sobras e das embalagens, o ponto da história da humanidade em que os cidadãos passaram a ser chamados de consumidores. Este processo evoluiu para um consumo insustentável, que passou a ser questionado no momento de ascensão das lutas ambientalistas, e no aumento da preocupação em relação às questões ambientais, em meados da década de 70 do último século, o que fez com que a preocupação dos países e governantes aumentasse quanto às questões ambientais, surgindo assim uma legislação restritiva e preventiva, levando os empresários a considerarem as questões ambientais dentro de seu planejamento (DIAS, 2007). No início este processo envolveu as grandes empresas principalmente de países desenvolvidos, que começaram a adotar procedimentos preventivos e minimizadores de impactos ambientais (DIAS, 2007).

O papel desempenhado pelo *marketing* tradicional nesse processo foi bastante influenciador ao levar as pessoas a comprar mais do que elas realmente precisavam, o que por consequência levava as indústrias a atender a demanda, ocorrendo portanto uma exploração abusiva dos recursos naturais (DIAS, 2007).

A abundância dos bens de consumo, continuamente produzidos pelas empresas, é considerado um símbolo de sucesso na atual sociedade capitalista. Os bens materiais em todas as culturas são considerados a manifestação concreta da posição social de seus usuários; no consumismo se desenvolvem as identidades sociais, envolvendo a coesão social, produção e reprodução de valores (LEFF, 2005). Sendo assim, é uma atividade que envolve decisões políticas e morais. Quando um consumidor se manifesta (no ato da compra de algum produto) demonstra a sua visão de mundo; existe então uma conexão com valores éticos, visão ambiental e política. Os indivíduos passam, portanto, a ser julgados pelo que consomem, vestem, calçam, pelo carro que possuem, etc (LEFF, 2005).

O pior e talvez mais alarmante fato a respeito do consumismo é que ele se restringe a uma parte da população mundial concentrada exclusivamente em países ricos; 1,7 bilhão dos atuais 6,3 bilhões de pessoas que habitam o planeta tem hoje condições de consumir além das necessidades básicas, entretanto, a demanda por matéria-prima e energia cresce cada vez mais, direcionando a atual sociedade globalizada para uma escolha difícil: enfrentar o desafio da sustentabilidade ou continuar a utilizar e consequentemente esgotar cada vez mais os recursos naturais do planeta (TRIGUEIRO, 2007).

Conforme o Informe sobre o Desenvolvimento Humano (Nações Unidas, 1998 apud LEFF, 2005), os países desenvolvidos, com somente 20% da população mundial, consomem entre outros recursos:

- a) 85% do alumínio e químicos sintéticos;
- b) 80% do papel, do ferro e do aço;
- c) 80% da energia comercial;
- d) 75% da madeira;
- e) 65% da carne, dos pesticidas e do cimento;
- f) 50% dos peixes e grãos;
- g) 40% da água doce.

Esse modelo de desenvolvimento gerou e continua gerando impactos ambientais cada vez maiores, que tiveram origem no processo de elaboração dos produtos, que são objetos centrais de consumo (LEFF, 2005).

No entanto com o aumento da conscientização ambiental, o *marketing* foi e continua sendo criticado. A atividade de *marketing* é acusada de ser uma das principais causas de degradação ambiental – especialmente as ações de comunicação – ao induzir o consumo excessivo. O marketing impulsionou um consumo não sustentável. A partir desta visão setores da sociedade em geral e publicitários iniciaram uma consideração de que a empresa, e o marketing deveriam ajudar a reparar os erros que cometeram contribuindo para a crise ambiental agregando novos valores então a sua filosofia (DIAS, 2007):

O marketing, que estava voltado para a satisfação do consumidor, agregou a esta filosofia a melhoria da qualidade de vida na sociedade como um todo, o que implicava em desenvolver estratégias de comunicação que fizessem o consumidor compreender que por uma melhor qualidade de vida a satisfação de suas necessidades pode envolver um aumento de custo do produto desejado, ou a aquisição de um similar fabricado com outra matéria-prima menos agressiva ao meio ambiente (DIAS, 2007, p.58).

Atualmente o *marketing* enfrenta um novo desafio frente aos aspectos ambientais, e deve, portanto, reexaminar suas técnicas e objetivos para adequá-los a uma nova realidade, com duplo conteúdo: Captar a evolução da sensibilização dos consumidores a respeito dos problemas ambientais e antecipar as possíveis influências sobre as necessidades, motivações e hábitos de compra; e determinar de qual maneira se pode satisfazer as exigências da demanda (DIAS, 2007).

A questão principal do consumismo é que o consumidor quase nunca pensa nas

consequências antes do ato do consumo. É impulsivo, mas felizmente o quadro parece estar se revertendo como mostram algumas pesquisas realizadas. No caso do Brasil, por exemplo, 43% dos consumidores já são comprometidos ou conscientes de seu ato de consumo (FREIRE, 2004). Isto significa que antes da compra eles consideram alguma questão que não esteja relacionada apenas ao preço e à qualidade do produto. Leva-se em consideração, por exemplo, se a empresa está fazendo investimentos na área ambiental ou na comunidade, em ações sociais. Dos consumidores conscientes, 42% dizem que o primeiro critério para escolher um produto é se a empresa faz ações sociais ou não. É possível dizer, portanto que essa é uma nova preocupação no ato da compra. As empresas passam a se preocupar com as questões que levam as pessoas a consumir os produtos. Nestes casos os danos causados ao meio ambiente promovendo assim a necessidade da mudança em relação ao meio de vida da sociedade atual (FREIRE, 2004).

Como responsável pelo ordenamento e pelo controle do uso dos recursos naturais, o Estado dispõe de instrumentos que podem ser de caráter econômico (impostos, taxas de poluição, ou mesmo, a criação de mercados artificiais, expediente bastante utilizado nos EUA, que consiste na compra e venda do direito de poluir), ou normativo (legislação e normas) (BURSZTYN, 1994).

No Brasil, o Estado é o principal mediador no processo de gestão ambiental. Neste processo de mediação ele é responsável pelo ordenamento e pelo controle do uso dos recursos ambientais e detém poderes que lhe permite criar mecanismos econômicos e fiscais, obrigar a reparação de danos causados ao meio ambiente e muitas outras ações inerentes à sua função fiscalizadora. Assim, o poder público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso de recursos materiais, cria e gerencia áreas protegidas, obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, promove o cumprimento da sua função ambiental. Nesse contexto o licenciamento ambiental é um dos instrumentos, dentre outros, de que dispõe o Estado para, através de suas instituições, proceder à prática da gestão ambiental (QUINTAS E GUALDA, 1995).

Os instrumentos econômicos, começaram a ser utilizados, inicialmente, na gestão das águas, sendo adotados, progressivamente em outras áreas de proteção ambiental. A autora faz referência ao “princípio poluidor pagador”, que imputa ao poluidor a responsabilidade pelas despesas relativas aos gastos do poder público com medidas de proteção ambiental. Assim, o poluidor se veria obrigado a considerar os custos ambientais no processo de

produção de bens e serviços (BURSZTYN, 1994). A idéia é que a internalização dos custos ambientais, além de responsabilizar o poluidor pelas chamadas “externalidades” do processo produtivo, também tenha efeitos no consumo (via aumento de preços e perda de competitividade), induzindo o produtor a investir em tecnologias menos poluentes e com menores custos (BURSZTYN, 1994).

No entanto, esses instrumentos, ainda que relevantes do ponto de vista do financiamento às ações de controle da poluição, trazem algumas dificuldades do ponto de vista de sua aplicação, uma vez que a estimativa desses custos e a identificação dos responsáveis pela poluição não são tarefas fáceis, na medida em que a poluição pode ser causada por um conjunto de fatores que se realizam simultânea ou sucessivamente (UEMA, 2006).

Do ponto de vista estritamente econômico, não há dúvidas quanto à necessidade de se considerar tais princípios, até mesmo porque hoje, antes de cidadãos, as pessoas são consideradas consumidores e se a lógica prevalecente é a econômica, não há como prescindir desses instrumentos. É justo que poluidores/consumidores nos responsabilizemos pelos danos causados por nossas ações, na perspectiva de viabilizar ações de recuperação/prevenção. Mas como calcular o valor dessas perdas? Como internalizar os custos referentes a cada etapa do processo de produção, comercialização e descarte? Uma tentativa de cálculo do valor dos serviços prestados à humanidade pelos ecossistemas nos é relatado por Trigueiro (2007). Segundo o autor, em 1997, um grupo de economistas e ecologistas estimou esse valor em 33 trilhões de dólares/ano, quase duas vezes o valor do Produto Interno Bruto (PIB) mundial daquele mesmo ano. Isso quer dizer ainda segundo o autor que,

se a humanidade fosse forçada a substituir os serviços prestados pela biosfera por recursos artificiais, o PIB global teria que ser aumentado em pelo menos 33 trilhões de dólares. Essa substituição, porém, não poderia ser realizada na prática. Reproduzir os ecossistemas naturais integralmente, ou mesmo em grande parte, constitui uma impossibilidade econômica e física (DIAS, 2007, p.64).

No entanto, estes argumentos não invalidam o uso de instrumentos econômicos no processo de gestão do meio ambiente. É necessário cuidar para que o Princípio Poluidor/Pagador não se transforme em um mecanismo de legitimação da degradação, do tipo: poliu, paga e ponto final (UEMA, 2006).

Muitas leis e resoluções voltadas à proteção ambiental fazem uso de instrumentos

econômicos conjugados com outros instrumentos disponíveis. No entanto, para garantir sua eficácia torna-se necessário o estabelecimento de mecanismos eficazes da avaliação, acompanhamento e fiscalização por parte do ente regulador, no caso, o Estado (UEMA, 2006).

No Brasil, o estabelecimento dos objetivos e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) se dá a partir da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Essa Lei coloca, pela primeira vez, a necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e elege como instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, dentre outros, o estabelecimento de padrões e de qualidade ambiental, o zoneamento econômico-ecológico, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades poluidoras. A mesma lei, em seu artigo 6º, inciso IV, define o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) como órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente (UEMA, 2006).

A Constituição Federal promulgada em 1988 estabelece em seu Artigo 225 que: todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e para futuras gerações. Para tanto, estabelece em seu parágrafo 1º, inciso IV, que, incumbe ao poder público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. Fortalecida com a inclusão no texto constitucional, a competência do poder público no tocante às requisições para a instalação de atividades, já estava prevista na legislação ambiental brasileira. Neste sentido, pode-se dizer que a Lei nº 6.938/81 se constituiu num marco em relação à criação de instrumentos de regulação do uso e apropriação dos recursos ambientais (UEMA, 2006).

Outro marco da política ambiental brasileira é a Resolução Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº001/86 que estabelece a obrigatoriedade da elaboração de estudos de impacto ambiental para atividades potencialmente causadora de danos ambientais. Ela introduz a variável ambiental no processo produtivo graças à associação da avaliação de impacto ambiental ao sistema de licenciamento ambiental. Ao definir os requisitos técnicos a serem contemplados pelos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), esta resolução coloca que o RIMA deve ser oferecido de forma clara e compreensível à população. Dessa forma, tal relatório poderia desempenhar um importante papel na participação da população nos processos de licenciamento ambiental, na medida em

que, atendidos os requisitos estabelecidos pela Resolução nº001/86, ela subsidiaria as populações interessadas na tomada de posição em relação ao empreendimento (UEMA, 2006).

O CONAMA é responsável pelo estabelecimento de critérios básicos e de diretrizes gerais para execução do EIA/RIMA, que lhe conferem poder para suspender e multar projetos que descumprirem suas normas (UEMA, 2006).

Segundo Trigueiro (2007), o principal é que haja uma reflexão no ato de consumo e também nas políticas de meio ambiente. Na política ambiental fala-se muito nos 3 Rs, mas mais recentemente fala-se em 4 Rs: o primeiro é *repensar*, o que leva uma reflexão sobre o ato de consumir e naturalmente leva ao segundo R *reduzir*, porque você não precisa de tudo o que está consumindo, *reutilizar*, pois algumas coisas que você compra podem ser utilizadas por muitas vezes continuamente e sem precisar portanto adotar a última das medidas dos Rs que é *reciclar*, dado os imensos impactos que a reciclagem tem sobre a sociedade e o meio ambiente.

Esta conscientização é necessária e urgente, pois os consumidores não-conscientes representam uma enorme ameaça para o mundo e para a sociedade. É para suprir esta necessidade que a educação ambiental vem sendo trabalhada (UEMA, 2006).

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONSUMO

Antes de definir a educação ambiental é necessário dizer que os problemas ambientais não estão relacionados apenas à quantidade de pessoas que existe no planeta e que necessita consumir os recursos naturais para sobreviver; e sim entender que o problema está também no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e prejudiciais à qualidade de vida. A educação ambiental deve procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas. No entanto é necessário ressaltar que a educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais; porém ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, ou seja, os problemas ambientais foram criados pela humanidade e dela virão as soluções (REIGOTA, 2006).

A educação ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma

compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado (DIAS, 2004).

Muitos livros didáticos classificados como “educação ambiental” são na verdade, livros de ciências que abordam a questão da poluição, da camada de ozônio, do efeito estufa, entre outros, de uma forma muito generalizada, sem contextualização. Tratam apenas dos “sintomas” dos problemas relacionados ao meio ambiente, sem referências adequadas as causas, muito menos os motivos destas causas existirem, quem as executa e com quais interesses e objetivos, e que atividades tanto individuais como coletivas podem ser realizadas para que ocorra uma reversão desta situação. A educação ambiental deve favorecer os processos que permitam que os indivíduos e grupos sociais ampliem a sua percepção e promovam, conscientemente, a mudança (DIAS, 2004).

A maior parte dos problemas de degradação ambiental é reflexo de decisões políticas erradas, controversas e distantes do interesse comum da comunidade. Normalmente favorecem um pequeno grupo de pessoas em detrimento da degradação ambiental, que vai afetar a qualidade de vida de um grande número de pessoas. Essa é a norma em que praticamente todo o mundo o desenvolvimento sustentável busca retificar. A partir dessa afirmação percebemos o real significado de desenvolvimento sustentável: é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (DIAS, 2004).

Como demonstra a crise do meio ambiente, uma sociedade como a atual, com o consumismo desenfreado, uma economia puramente liberal, cujos requisitos principais são a rentabilidade e o retorno dos investimentos, não pode ser possível manter uma sustentabilidade para que o ambiente se regenere à medida que seus recursos são utilizados. O mercado de hoje não atribui nenhum preço àquilo que, dentro de cem anos, terá o maior valor para a população, ou seja, o meio ambiente (GORBACHEV, 2008).

Cada dia mais estudos comprovam que se não tomarmos medidas determinantes nos próximos trinta ou quarenta anos, a vida no planeta estará comprometida. Segundo opinião de especialistas, estamos vivendo a mais séria crise que o planeta conheceu, pior do que aquela que levou à extinção dos dinossauros. Supõem-se ainda que cerca de trinta mil espécies de animais e plantas desapareçam a cada ano (GORBACHEV, 2008).

As alterações no clima, que provocam a seca, a fome e as catástrofes naturais, devem ser reconhecidas como uma série ameaça para a estabilidade do planeta; sua influência será particularmente dramática para os países pobres e os povos que habitam regiões instáveis, do ponto de vista político. Atualmente 25 milhões de pessoas no mundo são anualmente condenadas à condição de refugiados por motivos ecológicos (GORBACHEV, 2008).

Diante destes fatos uma questão é abordada frequentemente frente aos debates dos especialistas ambientais: Como garantir um nível de vida digno para uma população que cresce a cada dia mais se os recursos naturais estão se definhando? O mais dramático parece ser a falta de água potável. Mesmo hoje os recursos hídricos são insuficientes em vários países, em primeiro lugar no Oriente Médio e na África do Norte, assim como na China e na Índia. No total, mais de um terço da população mundial sobrevive em países onde a falta de água é real (GORBACHEV, 2008).

Além da escassez de recursos hídricos e de solos, a utilização intensiva de combustíveis de origem fóssil, cujas reservas foram formadas ao longo de milhões de anos, indiscutivelmente levará ao aumento de seu preço e, posteriormente o seu desaparecimento. Alguns estudos realizados mostram que as reservas de petróleo desaparecerão em cinquenta anos; somente as reservas de carvão parecem quase inesgotáveis podendo durar por mais algumas centenas de anos. No entanto sua queima provoca poluição e emissão de gases que acarretam o efeito estufa (GORBACHEV, 2008).

Atualmente, não apenas entre a maioria dos ecologistas, como também entre grupos ativistas políticos dos mais diversos países, existe consenso sobre a necessidade da transição para o desenvolvimento sustentável no planeta (GORBACHEV, 2008).

Existem programas e propostas internacionais de desenvolvimento sustentável, e em muitos países foram criados ministérios ou secretarias voltados para problemas ambientais e de desenvolvimento. Infelizmente, apesar desse conceito de sustentabilidade ser tratado na agenda oficial, até hoje está longe de ser compreendido por todos os habitantes do planeta. As idéias de desenvolvimento sustentável foram formuladas pela primeira vez durante a Conferência da ONU do Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, em 1972, mas a expressão surgiu em 1980, no trabalho “A estratégia Mundial de Conservação” publicado pela União Internacional de Conservação da Natureza (GORBACHEV, 2008).

Trata-se do desenvolvimento ditado não somente por considerações econômicas, mas que busca satisfazer os imperativos sociais e ecológicos, o desenvolvimento não só

quantitativo como qualitativo. A melhor e mais breve definição desse conceito complexo foi apresentada, em 1987, no relatório para a ONU feito pelo primeiro-ministro da Noruega Gro Harlem Brundtland: “é o desenvolvimento que corresponde às necessidades do presente, sem colocar sob ameaça a capacidade das gerações futuras de corresponderem às suas”. A humanidade terá que elaborar métodos não conflituosos de tomada de decisões, estabelecer o equilíbrio frágil entre os diversos interesses de nacionalidades, etnias, modificar a mentalidade da sociedade de consumo (GORBACHEV, 2008).

Os conflitos militares, a miséria, os problemas ambientais, o esgotamento dos recursos naturais não foram provocados pela globalização. Mas poderão ser resolvidos somente pela colaboração em escala mundial. É importante que as pessoas percebam que se o comércio, o consumismo desenfreado e desnecessário, não conhece fronteiras, a poluição do meio ambiente, o crime organizado e as epidemias também não (GORBACHEV, 2008).

A educação ambiental assim como a sustentabilidade surge para a população mundial atualmente como dois pontos necessários a serem trabalhados para a sobrevivência de gerações futuras.

De acordo com REIGOTA (2006) os objetivos da educação ambiental são:

- a) Conscientização: Levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e de problemas conexos e de se mostrarem sensíveis aos mesmos. Isto significa que a educação ambiental deve procurar chamar a atenção para os problemas planetários que afetam a todos, pois a camada de ozônio, o desmatamento da Amazônia, as armas nucleares, o desaparecimento de culturas milenares e etc, são questões só aparentemente distantes da realidade dos alunos.
- b) Conhecimento: Levar os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano. O conhecimento proporcionado pela ciência e pelas culturas milenares sobre o meio ambiente deve ser democratizado. As pessoas devem ter acesso a ele. Assim, educação ambiental não deve ser transmitir só o conhecimento científico, mas todo tipo de conhecimento que permita uma melhor atuação frente aos problemas ambientais.
- c) Comportamento: Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade. Não adianta só falar do meio ambiente,

mas também mudar os comportamentos individuais e sociais. Os exemplos aqui podem ser vários, dos mais simples aos mais complexos, tais como não fumar em lugares proibidos, não destruir árvores, economizar energia, utilizar mais os transportes coletivos, respeitar as regras de trânsito etc.

- d) **Competência:** Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o necessário à solução dos problemas. Nem todos têm capacidade técnica para resolver os problemas ambientais. Reconhecer essa deficiência é um primeiro passo para superá-la. A educação ambiental pode auxiliar a sua superação, buscando elaborar meios técnicos com a ajuda de especialistas e conhecedores autodidatas do problema.
- e) **Capacidade de Avaliação:** Levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa. Fundamental para a participação do cidadão é decifrar a linguagem dos projetos de risco ambientais elaborados por técnicos especializados. A capacidade de avaliação permite ou não que projetos duvidosos sejam efetuados. A educação ambiental deve procurar traduzir a linguagem técnico-científica para a compreensão de todos.
- f) **Participação:** Levar os indivíduos e grupos a perceber suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais. Procurar nas pessoas o desejo de participar na construção de sua cidadania. Fazer com que as pessoas entendam a responsabilidade, os direitos e os deveres que todos têm com uma melhor qualidade de vida.

A educação ambiental não pode ser baseada na transmissão de conteúdos específicos, já que não existe um conteúdo único, mas sim vários, dependendo das faixas etárias a que se destinam e dos contextos a serem trabalhados. O conteúdo mais indicado deve ser o da problemática ambiental vivida pelos indivíduos e que se queira resolver; os conteúdos portanto são amplos e diversos: saneamento básico, desmatamento, extinção de espécies animais e vegetais, poluição em geral e etc. O conteúdo em geral deve também possibilitar ao aluno fazer as ligações entre a ciência, as questões imediatas e as questões mais gerais, nem sempre próximas geográfica e culturalmente. Após a definição do tema também é necessário determinar a metodologia a ser utilizada, existem muitos métodos para realização da educação ambiental. O mais adequado é aquele em que o orientador (professor ou professora) estabeleça o seu e vá de encontro das características de seus alunos (DIAS, 2004).

Para a realização da educação ambiental pode-se empregar os métodos passivo

(em que só o professor fala), ativo (em que os alunos fazem experiências sobre o tema), descritivo (em que os alunos aprendem a definição de conceitos e descrevem o que eles puderam observar, por exemplo, numa excursão) e analítico (em que os alunos completam sua descrição com dados e informações e respondem a uma série de questões sobre o tema). A educação ambiental está também muito ligada ao método interdisciplinar. Esse método no entanto é compreendido e aplicado das mais diversas formas; normalmente é aplicado quando professores de diferentes matérias realizam atividades comuns, sobre o mesmo tema (REIGOTA, 2006).

O conjunto de medidas necessárias para reverter o atual quadro da crise ambiental em que o planeta se encontra é gigantesca. A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável propõem soluções e alertas para estes problemas. Não faltam idéias ou motivação, o que falta na maioria das vezes é apenas informação e ação (DIAS, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo atual está repleto de falsas necessidades, é fácil perceber como o consumismo afeta diretamente a vida das pessoas, no entanto ainda é difícil perceber as conseqüências no meio ambiente. O lixo produzido é reflexo de uma demanda do mercado consumidor imposto pelas falsas necessidades.

A sociedade é chamada de sociedade de consumo porque consumir se tornou uma ação cotidiana que foi além da idéia inicial de satisfazer necessidades para se tornar até mesmo uma doença. As pessoas consomem de forma impulsiva, e “ser alguém” está cada vez mais associado à posse de determinados produtos.

Ainda é possível com bastante esforço reverter o quadro mundial de exaustão dos recursos naturais, mas é preciso mobilizar as pessoas, sensibilizá-las para que entendam que o consumo inconsciente é insustentável. É fato que em alguns anos o planeta não será capaz de suportar a tamanha destruição causada pela exploração cada vez maior dos recursos, mas é preciso atentar para o fato de que o que será extinto é a vida sobre o planeta, e não o planeta em si. A humanidade nunca antes esteve tão prestes a autodestruição como agora; uma mudança é necessária e urgente. Como afirma Morin (2004):

A expressão sustentabilidade do desenvolvimento não significa um ajustamento suplementar à racionalidade do desenvolvimento moderno. O

âmago do conceito – o princípio ético da solidariedade – guarda o imenso desafio contemporâneo de assegurar a sustentabilidade da humanidade no planeta, no interior de uma crise de civilização de múltiplas dimensões interdependentes e interpenetrantes: ecológica, social, política, humana, étnica, ética, moral, religiosa, afetiva, mitológica... A sustentabilidade do desenvolvimento é um problema complexo, porque a sua essência está imbricada em um tecido de problemas inseparáveis, exigindo uma reforma epistemológica da própria noção de desenvolvimento (MORIN, 2004, p.09).

O grande desafio é como usar a ferramenta educação ambiental da melhor maneira para promover a mudança necessária. Desenvolver então a sustentabilidade através da mudança de comportamento que nos leva a pensar e repensar nossos atos, que possam refletir então no comportamento dos grandes produtores, as empresas, que devem compreender que a sustentabilidade – entendida como viabilidade econômica, justiça social e conservação ambiental – somada à responsabilidade social empresarial, será atributo considerado essencial, e não apenas diferenciador.

O grande papel então representado pela educação ambiental é a sensibilização geral da população, afinal os problemas conseqüentes de nossos atos impensados já são visíveis, mas felizmente ainda controláveis com esta ferramenta importante que possuímos e que começa a ser utilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BURSZTYN, M. A. A. **Gestão Ambiental: Instrumentos e Práticas**. Brasília: IBAMA, 1994.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 2ªed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**. 9ªed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, R. **Gestão Ambiental, Responsabilidade e Sustentabilidade**. 1º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, R. **Marketing Ambiental: Ética, Responsabilidade Social e Competitividade nos Negócios**. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

FREIRE, G. D. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9º ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GORBACHEV, M. **Meu Manifesto Pela Terra**. 2ªed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. 4º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MORIN, E. **Saberes Globais e Saberes Locais: O Olhar transdisciplinar**. 1ªed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

QUINTAS E, GUALDA, M. J.A **Formação do Educador Para Atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: IBAMA, 1995.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável**. 1ªed. São Paulo: Globo, 2007.

UEMA, E. E. **Pensando e Praticando a Educação no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, 2006.